

# Nossa dívida, um problema político para os EUA.

Por Sally Shelton, ex-vice-secretária de Estado dos EUA, especial para o N. Y. Times.

O debate nacional a respeito da América Central e da política norte-americana em relação a esta infeliz região está sendo mal dirigido. A confusão centro-americana, apesar de ser séria, é bem menos uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos que as consequências políticas, sociais e econômicas potencialmente devastadoras da crise da dívida externa — uma crise que continua — e que está sendo enfrentada por praticamente toda a região latino-americana atualmente.

A crise da dívida deixou a primeira página dos jornais. No entanto, ela está longe de ter sido resolvida. Praticamente todos os países da América Latina têm um acordo com o Fundo Monetário Internacional, estão negociando um tal acordo ou estão em vias de procurar ajuda junto ao FMI. Na medida em que Brasil, México e outros países latino-americanos comecem a sentir os efeitos das medidas de austeridade e da reprogramação das dívidas exigidas por estes acordos, é possível que a discórdia social apareça com uma força sem precedentes na história moderna da América Latina.

O desemprego urbano, que já está girando em torno dos 20% em toda a região, poderá aumentar para 40% — e muitos destes países não dispõem de nenhum plano de assistência aos desempregados. Os índices de inflação, atualmente

com dois ou três dígitos, deverão permanecer elevados. Os governos serão obrigados a cortar os seus orçamentos, enquanto subsídios importantes para os pobres — alimentos, transportes e serviços sociais — terão de ser reduzidos ou eliminados.

A diminuição aguda nos empregos, e no poder aquisitivo, ocorrendo após anos de crescimento econômico espetacular e de expectativas aumentadas, somente pode dar origem à instabilidade política.

Quais são as implicações a longo prazo? O resultado da crise afetará as vidas de 300 milhões de latino-americanos e influenciará o futuro de uma área essencial para a segurança dos Estados Unidos. Exportações norte-americanas no valor de aproximadamente 300 bilhões de dólares e investimentos norte-americanos no valor de 39 bilhões de dólares estão em jogo. E, se reconhecermos que problemas sociais e econômicos estão na raiz do dilema na América Central, onde países hostis poderão tirar vantagens dos tumultos, como poderemos pensar que Brasil, México e os países andinos ficarão imunes a problemas do tipo que estão sendo enfrentados atualmente na América Central?

## Governos autoritários

Sistemas democráticos enfra-

quecidos ou destruídos pelos problemas econômicos terão de ser substituídos por governos autoritários de direita ou de esquerda, ambos contrários aos interesses dos Estados Unidos. E ambos os tipos de tirania ficarão tentados a procurar uma saída para o seu problema de dívida, lançando a culpa diretamente no que eles chamam de "imperialistas": o Fundo Monetário Internacional, o governo dos Estados Unidos e os bancos internacionais. O resultado poderá facilmente ser uma séria erosão da influência norte-americana, incluindo talvez um endurecimento nas atitudes em relação aos investidores dos Estados Unidos, ou até um repúdio da dívida externa. E isto, evidentemente, forneceria oportunidades para Cuba e a União Soviética.

O governo norte-americano deveria tomar rápidas medidas para examinar os nossos interesses na América Latina e para ajudar a impedir o declínio econômico e as inquietações políticas que já estão ocorrendo na região. Deveríamos ampliar a louvável iniciativa em relação à região do Caribe, aplicando-a a todo o hemisfério. A abertura dos nossos mercados ao comércio com os países latino-americanos em desenvolvimento é a melhor maneira de deflagrar a recuperação econômica deles. Países recentemente industrializados, como Brasil e México, não deveriam ser ex-

cluídos do nosso sistema generalizado de preferências comerciais ou da ajuda que concedemos — pelo menos enquanto estes países estiverem sendo ameaçados pela crise. Os atuais acordos de cotas, como os existentes em relação aos produtos têxteis, e à carne bovina, devem ser reescritos de forma favorável aos latino-americanos.

Incentivos devem ser fornecidos às empresas norte-americanas, para que elas iniciem ou ampliem seus investimentos por toda a região, ao mesmo tempo que os bancos comerciais dos Estados Unidos deveriam ser encorajados para manter e até aumentar seus empréstimos externos. Washington deve honrar seu compromisso de aumentar o capital do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além disso, em casos onde é evidente — como está sendo na América Latina — que a sobrevivência da ordem social e política está em jogo, Washington deveria incentivar o FMI a ser mais flexível nas condições que impõe aos países devedores.

Estas medidas forneceriam a base para uma estratégia norte-americana a longo prazo para evitar uma crise latino-americana, que poderá fazer com que os atuais problemas na América Central pareçam insignificantes.